

MOÇAMBIQUE NA ROTA DA CHINA

UMA OPORTUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO?

Sérgio Chichava¹

A crescente aproximação político-económica entre a China e os países africanos tem gerado inúmeros debates nos mais diversos fóruns de discussão. Para muitos, ela constitui um dos eventos mais marcantes nas relações Sul-Sul dos últimos anos, e, para alguns autores, tal aproximação representaria a mudança mais importante que a África conheceu desde o final da Guerra Fria (Alden et al., 2009:119). Alguns dados sustentam esta afirmação: entre 2000 e 2006, as trocas comerciais entre os dois blocos multiplicaram-se por dez (Beuret & Michel, 49:2008); o *stock* do investimento directo chinês em África passou de 49 milhões de dólares americanos em 1990 para 2,6 biliões de dólares em 2006, tendo-se a China transformado no terceiro parceiro económico da África, depois da União Europeia e dos Estados Unidos (Besada et al., 2008).

A importância da China em África e da África para a China é atestada também pelo facto de, em 2000, sob impulso da China, ministros africanos e autoridades chinesas terem-se encontrado em Pequim para criar um fórum de cooperação China-África (FOCAC), e pelo facto de, em Novembro de 2006, num ano que foi considerado como o “ano da África”, ter-se realizado a maior cimeira de sempre entre os dois blocos na capital chinesa onde estiveram presentes delegações de 48 dos 53 países que formam o continente africano. Nesta cimeira, a China prometera que, até 2009, o número de produtos africanos isentos de tarifas de importação no mercado chinês passaria de 190 para 440 (Harsch, Janeiro 2007). Entretanto, é preciso sublinhar que, embora o comércio entre a China e a África tenha registado um crescimento espectacular, este continua marginal em comparação com as relações comerciais da China com outros continentes, representando, em 2007, apenas 3,3% e, em 2008, 4,1% das trocas comerciais que a China realiza com o exterior. Por seu lado, a África ainda exporta menos para a China do que aquilo que exporta para a União Europeia, por exemplo (Lafargue, 2009).

Em muitos países ocidentais, o interesse cada vez maior da China nos países do continente africano é visto com certa inquietação: para além das óbvias perdas comerciais que tal fenómeno traz a estes países, a China é também acusada de fazer recuar a democracia em África, cooperando com regimes ditatoriais, autocratas e corruptos como os do Sudão, Zimbábue e Angola, por exemplo (Human Rights Watch: 1 de Novembro de 2006). A China seria também responsável pela degradação ambiental em África.²

Outros afirmam que esta cooperação nada mais é que “neocolonialismo”, uma reedição oriental das velhas relações de exploração ocidentais em relação a África, com este continente apenas a fornecer matéria-prima barata para as empresas chinesas e recebendo, em troca, produtos manufacturados.

Mas não é só do Ocidente que vêm as críticas. Mostrando-se preocupados, algumas vezes em África, nomeadamente organizações da sociedade civil, intelectuais e partidos ou movimentos na oposição, também têm criticado certas posturas de empresas ou do governo chinês. Uma das exigências de Laurent Nkunda, então líder do Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNPDP) na sua luta contra o governo da República Democrática do Congo, era a revisão dos contratos mineiros assinados com a China, considerados desastrosos para o país.³ Na Zâmbia, onde conflitos entre os trabalhadores de uma mina local e seus patrões chineses levaram à morte de alguns mineiros, a China esteve no centro da campanha eleitoral de 2006, com Michael Sata, um dos importantes líderes da oposição local, a acusá-los de explorarem os zambianos e os seus recursos sem trazer mais-valia para o país, ameaçando expulsá-los caso vencesse as eleições.⁴ Mais recentemente, este mesmo dirigente foi acusado pelo presidente Rupiah Banda de bloquear o investimento chinês na Zâmbia.⁵

Contrariamente ao pessimismo ocidental, e às inquietações da sociedade civil, dos intelectuais e dos políticos da oposição africana, boa parcela das elites políticas africanas no poder⁶ vê a China como um parceiro fiável e, principalmente, menos impertinente em termos políticos do que as potências ocidentais, uma vez que pouco interfere nas discussões atinentes à resolução de seus problemas internos. De facto, não só não interfere como exige respeito pelos seus assuntos internos: uma das condições básicas definidas pela China para o estabelecimento de quaisquer tipos de relações políticas e económicas com este país, a qual vai detalhada no “Documento sobre Políticas da China para a África”, é a defesa do “princípio de uma só China”, com a rejeição das manifestações independentistas do Taiwan (Ministry Of Foreign Affairs Of the People’s Republic China, MFAPRC, 12 de Janeiro de 2006).

Em termos políticos, esta afirmação do presidente moçambicano Armando Guebuza é clara acerca do estado de espírito das elites políticas moçambicanas (e africanas) em relação à China:

O que leva o povo chinês a África é uma vontade genuína e solidária de ajudar os povos do continente africano a acelerarem seu desenvolvimento, tal como naqueles anos em que se envolveram no apoio de libertação do colonialismo. (Agência Lusa, 11 de Agosto de 2008).

Para Guebuza, portanto, dizer que a China quer explorar os africanos não passaria de uma acusação de má-fé do Ocidente e não seria novidade:

Já nessa altura [da luta contra o colonialismo], alguns países ocidentais acusavam a China de estar exportando o seu sistema comunista, mas nós já sabíamos que não passava de uma acusação infundada. (Ibid.)

Neste contexto, muitos têm sido os debates, principalmente em relação ao investimento de capital chinês (e seu impacto) no continente africano e a exploração dos recursos naturais do continente por empresas chinesas. Tomando o caso da madeira – um dos principais produtos procurados pela China em África – o objectivo deste artigo é de, por um lado, mostrar como a promiscuidade entre interesses de certos sectores da elite política moçambicana em pleno processo de acumulação primitiva e de algumas empresas chinesas põe em risco a perspectiva de Moçambique beneficiar de uma relação saudável e sustentável para a sua economia e, também, para o seu meio ambiente, e, por outro lado, mostrar os riscos que a exportação de matérias-primas não processadas e extremamente dependentes das flutuações do mercado para a China, representa, sem dúvida, uma reedição das relações que a África estabeleceu com o Ocidente, e limita a perspectiva de desenvolvimento do continente africano.

A ideia defendida aqui é que, diferentemente do que acontece hoje, com boas políticas, Moçambique pode tirar partido da exploração de suas matérias-primas, diversificando a sua base produtiva e investindo-as no desenvolvimento de infra-estruturas, recursos humanos e novas tecnologias.

DO APOIO CHINÊS AOS MOVIMENTOS ANTICOLONIAIS À INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE

Para além de ter apoiado movimentos anticoloniais (Frente de Libertação de Moçambique, Frelimo, Comité Revolucionário de Moçambique, Coremo, por exemplo), durante a colonização portuguesa, a China foi um dos primeiros países a reconhecer e a estabelecer relações diplomáticas com Moçambique, fazendo-o a 25 de Junho de 1975, dia da independência do país. A partir de então, vários acordos bilaterais em vários domínios, com particular destaque para a saúde e agricultura, foram concluídos. Já em 1976 havia médicos chineses em Moçambique, trabalhando no principal hospital de Maputo (aqui o acordo previa o envio, em cada dois anos, de uma equipa de 12 profissionais de saúde para Moçambique) e, em 1977, falava-se do estabelecimento de grandes machambas estatais produzindo arroz em Moamba, Sul de Moçambique, com a ajuda da China (Eadie & Grizzelli, 1979:224).

Pese embora o facto de os dois países terem estabelecido relações diplomáticas logo após a independência de Moçambique, tais relações não conheceram grandes desenvolvimentos, o que se deveu (1) fundamentalmente, ao papel jogado pela China na guerra civil angolana, ao apoiar a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) em detrimento do Movimento

Popular de Libertação de Angola (MPLA), atitude vivamente contestada pela Frelimo; (2) ao facto de, em 1977, a Frelimo ter-se declarado “marxista-leninista” com mais inclinação para o bloco soviético do que para o lado chinês. É preciso notar que, embora a Frelimo tenha adoptado o marxismo-leninismo, sempre procurou uma posição de equilíbrio para não se vincular em definitivo nem a Moscovo nem a Pequim⁷; (3) A condenação pela Frelimo da invasão chinesa ao Vietname e (4) do apoio chinês ao regime cambodjano de Pol Pot em 1979; (5) o facto de a Frelimo não ter condenado a invasão soviética ao Afeganistão, Moçambique fazendo então parte dos três países africanos (os outros foram Angola e Etiópia) que votaram contra a resolução das Nações Unidas condenando a invasão (Jackson, 1995:416). Esta última atitude chegou a provocar um pequeno incidente diplomático entre os dois países, tendo Yang Shouzeng⁸, então embaixador chinês em Maputo, deixado Moçambique em companhia da equipa de médicos chineses em 1980, em sinal de protesto, regressando apenas em 1981, quinze meses depois (ibid.). Se isto pode ser considerado como sinal de normalização das relações entre os dois países durante este período, e embora Joaquim Chissano, na altura ministro dos Negócios Estrangeiros, e Samora Machel, antigo presidente de Moçambique, tenham visitado a China em Maio de 1982 e Julho de 1984, respectivamente, nenhuma alta autoridade chinesa visitou Moçambique, facto que só viria acontecer em 1987, com a visita do então conselheiro de Estado e ministro dos Negócios Estrangeiros, Wu Xuequian. Depois foi a vez do também então ministro dos Negócios Estrangeiros Qian Qichen visitar Moçambique em Agosto de 1988, tendo na altura assinado um pacote de ajuda avaliado em 12 milhões de dólares americanos (Taylor, 1984:451). A aproximação do governo moçambicano à China deve ser enquadrada no contexto de crise económica e política em que se encontrava o regime de Maputo devido ao colapso do seu projecto socialista e aos efeitos da guerra civil, que tinham, entre outros, obrigado a, em 1984, normalizar relações com outros países, nomeadamente a vizinha África do Sul, país com o qual sempre mantivera relações extremamente tensas, e a aderir ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (BM).

O COMEÇO DE UMA NOVA ERA?

À semelhança de outros países africanos, Moçambique viu a sua cooperação com a China ganhar bastante importância a partir dos anos 90. Durante este período, os dois países assinaram vários acordos de cooperação, sobretudo na área de defesa e segurança, educação e infra-estruturas, isto ao nível bilateral. Neste último sector, pode-se destacar o financiamento chinês para a construção do novo edifício do parlamento moçambicano (terminado em 2000, e que também teve financiamento da Dinamarca), do Centro de Conferências Joaquim Chissano (2003) e do Ministério dos Negócios Estrangeiros (2004), tudo isto em Maputo. Na área da

defesa e segurança, pode-se dizer que Moçambique conta com a China (embora também possa se destacar a Índia) para modernizar e profissionalizar este sector, seriamente afectado durante os dezasseis anos de guerra civil. Aqui o destaque vai para a construção de um bairro militar nos arredores de Maputo (avaliado em cerca de 7 milhões de dólares americanos), a assistência técnica e logística às forças armadas e à polícia moçambicanas (oferta de viaturas, diverso equipamento electrónico incluindo computadores, uniformes, formação, treino, etc.) e, por fim, ao programa de desminagem (em 2001). A ajuda às forças armadas e à polícia foi aprovada aquando da visita de Li Peng, na altura primeiro-ministro, a Maputo, em Maio de 1997, e foi reforçada com a visita do então conselheiro do Estado e ministro da Defesa da China, Chi Haotian, em Novembro de 1998.

Em 2001, estes dois países assinaram dois acordos: de Comércio e de Promoção e Protecção Recíproca do Investimento. Ao mesmo tempo também foi criada uma Comissão Mista para a Economia e Comércio, e uma parte da dívida moçambicana (69%), na altura avaliada em 22 milhões e que oficialmente tinha expirado em Novembro de 1999, foi perdoada (MFAPRC: 2006⁹).

Moçambique e a China ainda cooperam na área da ciência e tecnologia, estando prevista a instalação de dois centros de investigação agrária, em Umbelúzi (2008) e Moamba (2010), ambos na província de Maputo, num investimento avaliado em 700 milhões de dólares americanos.¹⁰ Entre 2001 e 2007, o comércio bilateral entre a China e Moçambique atingiu cerca de 280 milhões de dólares americanos, ou seja, oito vezes mais do que era em 2001, passando da 27^a posição na lista dos principais investidores no país para a sexta.¹¹ Ao investir 76,8 milhões de dólares americanos em 2008, correspondentes a quinze projectos, a China passou da sexta posição para segunda, sendo ultrapassada apenas pela África do Sul (Centro de Promoção de Investimentos, CPI:2009). Alguns estudos estimavam que, em 2006, Moçambique fazia parte de oito países africanos (os outros são Angola, Congo-Brazzaville, República Democrática do Congo, a Etiópia, a Guiné Equatorial, Gana, Sudão, Zimbabwe e Zâmbia) que mais ajuda receberam da China, tendo estes países recebido mais de 80% dos empréstimos chineses concedidos a África (Reisen & Ndoye, 2008:32).

No seio dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), Moçambique é o segundo maior parceiro da China¹², depois de Angola, e o quarto no seio dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), depois do Brasil, Portugal e Angola¹³. Em termos da distribuição regional, e segundo os dados do CPI referentes ao período que vai de 1990 a 2007, o padrão de investimento chinês não foge à regra e encontra-se concentrado em Maputo, sul de Moçambique. Com efeito, Maputo contava com 13 dos 31 projectos aprovados (CPI:2009). Igualmente, é preciso salientar a atribuição do estatuto de destino turístico privilegiado a Moçambique, bem como o perdão da dívida moçambicana à China, estimada em cerca de 20 milhões de dólares americanos, acordado aquando da visita de Hu Jintao a Maputo em Fevereiro de 2007, e o aumento de 190 para 442 produtos moçambicanos com acesso livre ao mercado chinês, como outros factos que testemunham o intensificar da cooperação entre os dois países¹⁴.

Embora não se tenha dados, pode-se dizer também que o peso da China no sector da construção e obras públicas é muito importante, tendo, em 2008, os empreiteiros moçambicanos mostrado um certo descontentamento com a situação, pois, segundo eles, a quase totalidade dos concursos públicos neste sector eram ganhos por empresas chinesas envolvidas em esquemas pouco claros com as autoridades moçambicanas.¹⁵ Em 2008, estimava-se que mais de um terço das estradas moçambicanas, num total de 600 quilómetros, estavam a ser construídas por empresas chinesas (Emmy Boost: 2008). Igualmente, a reabilitação ou construção dos sistemas de abastecimento de água em algumas capitais provinciais (incluindo Maputo, a capital, e Beira, oficialmente, a segunda cidade do país) está (ou esteve) a cargo dos chineses. A construção de um estádio nacional nos arredores de Maputo, avaliada em 57 milhões de dólares (a terminar em 2010), a reabilitação e modernização do principal aeroporto de Moçambique, Mavalane, em Maputo, avaliada em 70 milhões de dólares (conclusão das obras prevista para 2010), e o financiamento, de 2,3 biliões de dólares americanos, da barragem de Mpanda Nkuwa, projectada para ser uma das mais importantes de África (cujo princípio das obras está previsto para 2010), são também testemunhos da importância da China no sector da construção e obras públicas. De acordo com o Departamento Económico e Comercial da Embaixada da China em Maputo (8 de Maio de 2008), em 2008 havia em Moçambique 41 empresas chinesas, as quais empregavam 11 214 moçambicanos e cujas áreas de actividade concentravam-se, essencialmente, na agricultura, pesca, indústria e construção. Nesta altura, as exportações moçambicanas para a China estavam largamente centradas na madeira, pescado e produtos agrícolas.

O CASO DA MADEIRA

O crescimento económico da China fez deste país um dos grandes consumidores de hidrocarbonetos e dos recursos florestais. No que diz respeito especificamente à madeira, a China é apenas ultrapassada pelos Estados Unidos. Isto, para além de criar uma pressão no mercado internacional, apresenta-se como um desafio para os países africanos, chamados a adaptarem-se à nova conjuntura sem pôr em causa o seu equilíbrio interno.

Fácil de explorar, sem necessidade de grandes custos e de tecnologia de ponta, a madeira tornou-se em muito pouco tempo – e na ausência de petróleo – no principal produto de exportação de Moçambique para a China. Com efeito, em 2006, a madeira cobria mais de 90% das exportações de Moçambique a este país asiático. Neste mesmo ano, Moçambique, ocupando o sexto lugar, fazia parte dos dez principais exportadores de madeira para a China, numa lista liderada pelo Gabão (Canby et al., 2008). Na Comunidade dos Países da África Austral (SADC), Moçambique era apenas ultrapassado pela Suazilândia (ibid). Para além de ser o principal produto de exportação para a China, a madeira também faz parte da lista dos principais produtos de exportação de Moçambique.

Para além de envolver empresários chineses, a exploração da madeira também envolve empresários moçambicanos, com uma parte não negligenciável ligada à elite política do país e partido no poder, mas, também, à oposição.¹⁶

Comparável apenas às queixas sobre a violação das normas laborais moçambicanas por empresas chinesas¹⁷, a exploração da madeira suscitou e tem suscitado viva controvérsia no seio da sociedade moçambicana. Com efeito, organizações da sociedade civil moçambicana têm-se mostrado agastadas com a forma como este recurso está sendo explorado. Acusam a elite política do país (sobretudo ligada à Frelimo) de, numa atitude típica de uma burguesia compradora em conivência com empresários chineses, explorarem a madeira de forma desenfreada e sem respeito às normas em vigor neste sector. Em 2006, um relatório encomendado pelo Fórum das Organizações não governamentais da Zambézia (FONGZA) intitulado “*A Chinese take away*” e consagrado à província da Zambézia, uma das regiões mais ricas em recursos florestais, punha em causa importantes dirigentes da Frelimo, dentre os quais o antigo presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, e o antigo governador da Zambézia, Bonifácio Gruveta, de, em conluio com os chineses, desflorestar a Zambézia (C. Mackenzie, 2006).

Outro relatório, datado de 2008 e elaborado por três organizações da sociedade civil moçambicana, a Associação Amigos da Floresta, a Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM) e Justiça Ambiental (JA), afirmava que já não havia mais madeira a explorar na Zambézia. Igualmente, afirmava que elementos ligados à Frelimo vendiam as suas licenças a estrangeiros, ganhando dinheiro sem nada fazerem. Esta situação não é específica à Zambézia, pois um pouco por todo lado são reportados casos de violação das leis (exploração de madeira para além dos limites estabelecidos por lei, exportação de madeira em toros e não processada infringindo a lei), corrupção e tráfico e contrabando de madeira. Estas situações levaram grupos de cidadãos moçambicanos a escreverem publicamente ao Presidente da República, Armando Guebuza – ele próprio com interesses na madeira – pedindo a sua intervenção. Aquando da visita do presidente chinês a Maputo em Fevereiro de 2007, algumas vozes da sociedade civil aproveitaram o momento para denunciar a situação. É o caso do Marcelo Mosse, do Centro de Integridade Pública (CIP), e do sociólogo Carlos Serra, que endereçaram cartas abertas a Armando Guebuza. O primeiro, para além de criticar o processo obscuro do enriquecimento ilícito da elite política moçambicana em parceria com algumas empresas chinesas, dizia que a cooperação com a China era bem-vinda se fosse feita de maneira transparente e fosse benéfica para os povos dos dois países, e não somente uma reedição da situação colonial (Mosse, 7 de Fevereiro de 2007). Já o segundo exigia a nomeação imediata de uma comissão de inquérito para averiguar o que realmente estava a acontecer nas florestas moçambicanas (Serra, 30 de Janeiro de 2007).¹⁸

A situação é preocupante se se tomar em conta que alguns estudos indicavam, já em 2003 – muito antes da eclosão dos escândalos e numa altura em que a procura da chinesa da madeira moçambicana era de apenas 81 milhões de m³ de madeira em toro, contra 212 m³ em 2007,

(Global Timber: 2009) – que entre 50 a 70% da madeira, correspondente a cerca de 1524 milhões de dólares americanos, produzida anualmente é exportada ilegalmente (F. Gatto: 2003). Não obstante, e apesar de todas estas críticas e denúncias, a situação não mostra sinais de melhorias. Se a fragilidade do Estado moçambicano é um dos factores de explicação, uma vez que faltam meios para controlar a exploração da madeira, a falta de vontade política é outro: este negócio envolve altas figuras do Estado e do partido Frelimo, e nunca nenhum deles foi questionado por isto. Outro ponto: para além de envolver a elite política do país, o contrabando da madeira também envolve escalões mais baixos da função pública, a polícia e os serviços aduaneiros (alfândegas). Entretanto, devido à crise financeira internacional, e embora não haja dados estatísticos oficiais, as exportações de madeira conheceram uma drástica redução, à semelhança do que aconteceu com outros países, sobretudo africanos, como os Camarões e Gabão¹⁹. Se em 2007 a China importou de Moçambique, 212 milhões m³ de madeira em toros, em 2008 esta cifra caiu para 157 milhões de m³ (Global Timber: 2009). Também aponta-se como razões de baixa procura chinesa pela madeira o fim de grandes obras relacionadas com os Jogos Olímpicos (Tassé & Nforngang, 2008). Em Moçambique, fala-se de muitas empresas madeireiras detidas por chineses e por moçambicanos encerradas um pouco por todo o país, sobretudo no Norte e Centro. Só em Nacala-Porto, província de Nampula, falava-se do encerramento de oito das 14 empresas que existiam, fazendo perder emprego a 1500 trabalhadores, as outras estando a funcionar com enormes dificuldades. Igualmente, milhares de metros cúbicos de madeira estavam a deteriorar-se nos estaleiros do porto local por falta de mercado.²⁰ É preciso salientar também que não foi só exportação da madeira que foi atingida pela crise financeira internacional. Estimativas indicam que, no primeiro trimestre de 2009, as exportações moçambicanas tinham caído em 36%, comparados em igual período de 2008 (Munguambe, 21 de Agosto de 2009). Embora a contribuição do sector florestal seja ainda pouco significativa para a economia de Moçambique, representando no caso das exportações, cerca de 1% do total (Munguambe, 21 de Agosto de 2009), valor certamente inferior ao que é exportado sem passar pelo circuito oficial – não restam dúvidas de que, num contexto em que a economia moçambicana é dominada apenas por um produto, o alumínio, produto que sozinho representa mais de 60% das exportações, esta contribuição é importante na diversificação da base produtiva e conjugado com outros pode ser decisivo na mitigação da dependência de Moçambique em relação a recursos externos. Lembre-se que a economia de Moçambique depende enormemente da ajuda externa, com mais de 50% do orçamento do Estado proveniente de doações. E se as estimativas que indicam que a madeira exportada ilegalmente representa entre 50 a 70% do total da madeira produzida num ano estiverem correctas, então a contribuição da madeira na economia do país seria mais importante do que parece ser. A utilização dos recursos gerados pela economia florestal pode, pois, ser usada para diversificar a base produtiva da economia moçambicana, criando ligações entre os diferentes sectores, protegendo-se assim da queda dos preços da

madeira no mercado internacional. Com efeito, a economia moçambicana é descrita como sendo extremamente concentrada em grandes projectos de natureza extractiva e energética, com fracas ligações económicas internas (Castel-Branco, 2006, 2008, 2009).

Um dos desafios que se coloca a Moçambique, um Estado fraco, sem grande capacidade de controlo do seu território e das suas fronteiras (terrestres e marítimas), é, portanto, controlar o tráfico ilegal da madeira, sabido que mesmo Estados teoricamente fortes enfrentam este problema. Igualmente, Moçambique está neste momento a passar por um processo de acumulação primitiva envolvendo essencialmente pessoas ligadas à elite política local, que por vezes põe em contradição interesses particulares com interesses nacionais. Conciliar isto sem pôr em causa a estabilidade política do país assim como o seu desenvolvimento sustentável revela-se aqui uma das questões a serem equacionadas com bastantes cautelas.

A aposta forte na industrialização do sector madeireiro, conjugada com uma legislação firme contra todo o tipo de abusos, devia ser uma prioridade. Moçambique pode seguir o exemplo de alguns países africanos bastante avançados na indústria florestal, nomeadamente os Camarões.²¹ Embora nos Camarões ainda haja madeira saindo ilegalmente, a obrigação de se criar fábricas de processamento e tratamento de madeira em cada unidade de exploração florestal desde 1997 bem como a interdição de exportar madeira em toro à partir de 1999, fez da indústria madeireira camaronesa – cuja floresta é considerada a segunda mais importante de África depois da floresta da República Democrática do Congo – um dos sectores mais importantes da economia deste país, e muito contribuiu para reduzir a desflorestação. Hoje, a madeira é o segundo produto de exportação e a indústria madeireira, o segundo maior empregador, depois da função pública. Portanto, sem ser panaceia para os problemas que enfermam este sector, a industrialização do sector madeireiro, para além de ser uma fonte segura de receitas, contribuiria com postos de trabalho e contra a desflorestação.

Apesar de o governo de Moçambique ter aderido à Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE), cujo objectivo central é conduzir a uma gestão transparente e responsável dos recursos minerais energéticos e florestais, se não forem criadas capacidades internas de controlo (isto depende em grande parte da vontade política) e enquanto interesses pessoais primarem sobre o colectivo, a corrupção minar os sistemas de regulação deste sector, o risco de Moçambique não tirar mais-valia dos recursos florestais é grande.

É preciso sublinhar que Moçambique não é um caso isolado. Em quase todos os países exportadores de madeira, a situação é mais ou menos idêntica. O tráfico de madeira tem contornos internacionais, e uma parte importante da madeira que circula no mercado internacional provém do contrabando. Por exemplo, em 2006, estimava-se que 1/5 das exportações europeias de madeira provinham de circuitos ilegais (Jean Bakouma: Julho de 2009). Ainda, perto de 80% da exploração florestal da Indonésia, entre 60 e 80% da Amazónia brasileira e 50% dos Camarões é ilegal (Greenpeace: Março de 2008).

Por seu lado, a China, para além de ser um dos grandes importadores de madeira ilegal, é também um dos grandes exportadores de madeira ilegalmente explorada, atrás da Rússia e da Indonésia (ibid). Fazer face a isto é, sem dúvida, um grande desafio para Moçambique e para África, onde muitas vezes são as próprias elites que deviam fazer o controlo que estão implicadas no contrabando. Tentar mascarar os problemas que enfermam a cooperação entre os dois países com justificações do género “a China apoiou-nos no combate libertador e sem contrapartidas” (durante a luta contra o colonialismo português), ou “os que criticam a China estão ao serviço do Ocidente” ou são apenas movidos por xenofobia (ou chinofobia)²², racismo, ou ódio, como pretende por exemplo, Sérgio Vieira, figura histórica da Frelimo, não constitui solução para este problema, pois para além de dissimular o que actualmente se passa no sector madeireiro ou noutras empresas chinesas muitas vezes acusadas de violação da lei laboral, a conjuntura e os interesses em jogo hoje não são os mesmos de outrora.

O apoio chinês à luta contra o colonialismo não pode, pois, constituir argumento para hipotecar o futuro do país. Aliás, este argumento assemelha-se à ideia de certos dirigentes da Frelimo de que, pelo facto de terem dirigido a luta contra o colonialismo, outorgam-se o direito natural ao enriquecimento. Há que encarar os problemas de frente e de maneira realista, olhando para as vantagens e desvantagens que podem advir da relação entre a China e Moçambique.

NOTAS

- ¹ O autor agradece os comentários e sugestões de Jonas Pohlmann.
- ² Ver, por exemplo, Mail and Guardian (2009), “Jane Goodall accuses China of plundering Africa”, 11 de Março, <http://www.mg.co.za/article/2009-03-11-jane-goodall-accuses-china-of-plundering-africa> (acedido a 4 de Setembro de 2009).
- ³ Sobre este assunto ver, por exemplo, 7 sur 7 (2008), “En dénonçant les contrats chinois, Nkunda veut séduire l'Occident”, 19 de Novembro, (<http://www.7sur7.be/7s7/fr/1505/Monde/article/detail/493565/2008/11/19/En-denoncant-les-contrats-chinois-Nkunda-veut-seduire-l-Occident.dhtml>) (acedido a 5 de Outubro de 2009)
- ⁴ Para mais detalhes, ver Sebastien Berger, (2008), “Anti-China candidate Michael Sata hopes to become Zambia president”, 30 de Outubro, <http://www.telegraph.co.uk/news/world-news/africaandindianocean/zambia/3287332/Anti-China-candidate-Michael-Sata-hopes-to-become-Zambia-president.html> (acedido a 7 de Setembro de 2009)
- ⁵ Mining Weekly (2009), “Zambia opposition moves to block Chinese mine deal”, 25 de Junho, <http://news.mining.com/2009/06/25/zambia-opposition-moves-to-block-chinese-mine-deal/> (acedido a 7 de Setembro de 2009).
- ⁶ Thabo Mbeki, antigo presidente sul-africano, é das poucas vozes de entre os líderes africanos a defender que, para a África tirar partido da sua relação com a China, deve ter o cuidado de não reeditar os erros do passado, no qual apenas era um simples exportador de matérias-primas para

o Ocidente, recebendo em troca produtos manufacturados. Ver, por exemplo, BBC (2006), “Mbeki warns on China-Africa ties”, 14 de Dezembro <http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/6178897.stm> (acedido a 7 de Setembro de 2009).

⁷ Esta atitude também tinha sido observada durante a luta armada contra o colonialismo português, onde a Frelimo sempre procurou diversificar as suas fontes de apoio. Da mesma forma, isso não quer dizer que a adopção do “marxismo-leninismo” significasse a existência de unanimidade no seio da Frelimo sobre que tipo de socialismo ou modelo de desenvolvimento se devia seguir. Sobre este ponto, ver, por exemplo, Thomas Henriksen (1978), “Marxism and Mozambique”, *African Affairs*, vol. 77, n. 309, pp. 441-462.

⁸ Yang Shouzheng foi o segundo embaixador da China em Moçambique. Sobre embaixadores chineses em Moçambique, ver Ministry Of Foreign Affairs Of the People’s Republic China (2007), “Chinese Ambassadors to Mozambique”, 13 de Abril, <http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/wjrw/3607/3610/t18172.htm> (acedido a 21 de Setembro de 2009).

⁹ Ver também People’s Daily (2001), China Cancels Part of Mozambique's Debt, 12 de Julho, http://english.people.com.cn/200107/12/eng20010712_74776.html (acedido a 5 de Outubro de 2009).

¹⁰ Notícias Online (2008), “China apoia projectos de investigação agrária”, 22 de Janeiro, (acedido a 5 de Outubro de 2009).

¹¹ China View (2008), “Ambassador: Cooperation between China, Mozambique achieves substantive progress”, 11 de Julho, http://news.xinhuanet.com/english/2008-07/11/content_8528377.htm (acedido a 5 de Outubro de 2009).

¹² De notar que de entre os PALOP (Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau são os outros membros), São Tomé e Príncipe é o único país que não têm relações com a China em virtude de ter apoiado a independência de Taiwan.

¹³ Agência Lusa (2008), “Pequim elogia relações comerciais com países lusófonos”, 11 de Março, <http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=14565> (acedido a 4 de Setembro de 2009).

¹⁴ Agência Lusa (2007), “China reforça apoio a sector agrícola de Moçambique”, 9 de Fevereiro, <http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=6233> (acedido a 5 de Outubro de 2009).

¹⁵ Zambézia Online (2007), “Empreiteiros nacionais acusam governo de proteger empresas chinesas”, 6 de Novembro, <http://www.zamezia.co.mz/content/view/3624/2/> (acedido a 5 de Outubro de 2009).

¹⁶ Afonso Dhlakama, líder da Renamo, o maior partido da oposição, é referenciado como accionista da Socadiv Holding Lda., empresa especializada na exploração de madeira, criada em 2007, ver The Indian Ocean Newsletter (2007), *Afonso Dhlakama goes into business in Mozambique*, 1 de Dezembro.

¹⁷ Os conflitos entre empresas chinesas e trabalhadores moçambicanos são também os aspectos negativos que tem ensombrado a relação entre os dois países e tem sido deveras denunciados quer

pela imprensa, quer por organizações da sociedade civil. Aliás, esta situação não foge muito àquilo que tem acontecido um pouco noutros países africanos.

¹⁸ Para além desta, Carlos Serra voltou a escrever outra carta aberta ao presidente Guebuza em Maio de 2007. Ver C. Serra (2007), “Carta Para o Senhor Presidente da República, Armando Emílio Guebuza”, *Media Fax*, Maputo, 5 de Maio. Para ter uma ideia do debate que esta questão suscitou, ver C. Serra (2007), “Os caçadores locais das feiticeiras de Salém (8) (ou os cinco mosqueteiros)”, 30 de janeiro, http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007_04_01_archive.html (acedido a 5 de Outubro de 2009).

¹⁹ Neste país que em 2006 era considerado o terceiro maior exportador africano de madeira para a China (Canby et al), o sindicato dos exploradores florestais estima em cerca de 30% a proporção de encomendas anuladas entre Junho e Outubro de 2008. Ver Étienne Tassé, Charles Nforgan, *Cameroun. La crise financière abat le bois africain*, InfoSud Belgique Agence Presse, 18 de Dezembro de 2008. No Gabão, primeiro exportador de madeira para a China, e onde este industria da madeira é considerada o segundo empregador depois da função pública, a crise financeira internacional obrigou a despedimentos massivos de trabalhadores, fecho de algumas empresas e a redução das exportações. Ver Info Plus Gabon (2008), Gabon : La production gabonaise de grumes est en crise, 10 de dezembro, http://www.infosplusgabon.com/article.php3?id_article=28658, (acessado a 2 de Outubro de 2009).

²⁰ Sobre a falência do sector madeireiro ver Notícias Online (2009), “Província de Nampula: faliu negócio de madeira”, 18 de Junho, (acessado a 14 de Setembro de 2009; Affrica All (2009), “Mozambique: 1,500 jobs lost in timber industry in Nacala”, 18 de Junho, <http://allafrica.com/stories/200906180765.html> (acedido a 14 de Setembro de 2009).

²¹ Sobre a indústria florestal nos Camarões ver por exemplo, François Pinta, Timothée Fometé (2004), “Filère bois au Cameroun: vers une gestion durable des forêts et une transformation industrielle performante?”, *Bois et forêts des tropics*, 281, p. 71-86.

²² Ver por exemplo, Sérgio Vieira (2007), “Sobre o perigo amarelo”, *Domingo*, Maputo, 25 de Fevereiro.

REFERÊNCIAS

- Agência Lusa (2008), “Presidente de Moçambique defende apoio chinês a África”, 11 de Agosto, <http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=18209> (acedido a 31 de Agosto de 2009).
- Alden, Chris, Large, Dan, de Oliveira, R. Soares (2008), “Chine-Afrique: facteur et résultante de la dynamique mondiale”, *Afrique Contemporaine*, n.º 228, pp. 119-133.
- Bakouma, Jean (2009), “Bois illégal Ebauche de solution européenne”, *Courrier de la Planète*, 88, Julho, <http://www.courrierdelaplanete.org/88/article3.php#1> (acedido a 5 de Outubro de 2009).

- Beuret, Beurrait, Michel, Michel, Serge, “La Chine a-t-elle un plan en Afrique?”, *Afrique Contemporaine*, n.º 228, pp. 49-68.
- Besada, Hany, Wang, Yang, Whalley, John, “China's Growing Economic Activity in Africa”, Working Paper w14024, Maio 2008.
- Canby, Kerstin, Hewitt, James, Bailey, Luke, Katsigris, Eugenia, Xiufang, Sun (2008), “Forest products trade between China & Africa. An analysis of imports and exports”, [http://www.forest-trends.org/documents/publications/ChinaAfrica Trade.pdf](http://www.forest-trends.org/documents/publications/ChinaAfrica%20Trade.pdf). (acedido a 20 de Setembro de 2009)
- Castel-Branco, Carlos (2006), *Como Está a Economia Moçambicana? Algumas Reflexões*. Primeiro Curso de Actualização de Jornalistas da Área Económica, ISCTEM, Maputo, 04 de Maio.
- Castel-Branco, Carlos (2008), as consequências directas das crises no panorama nacional moçambicano. Comunicação apresentada na IV Conferência Económica do Millenium BIM “Os efeitos das 3 crises – financeira, produtos alimentares e petróleo – sobre as economias de África e de Moçambique em particular, Maputo, 4 de Dezembro.
- Castel-Branco, Carlos (2009), “O Complexo Extractivo-Energético e as Relações Económicas entre Moçambique e a África do Sul”, Conference paper 16, II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Maputo, 22-23 de Abril.
- Chichava, Sérgio (2008), “Mozambique and China: from politics to business?”, Discussion paper n 05, www.iese.ac.mz/lib/.../DP_05_MozambiqueChinaDPaper.pdf (acedido a 31 de Agosto de 2009).
- CIP (2009), *Projectos autorizados no ano de 2008*, Maputo.
- Corporate Foreign Policy (2009), “China-Angola Trade Relations Get Problematic”, 5 de Fevereiro, <http://corporateforeignpolicy.com/africa/china-angola-trade-relations-get-problematic> (acedido a 4 de Setembro de 2009).
- Departamento Económico e Comercial da Embaixada da República Popular da China na República de Moçambique (2008), “China gerou mais de 11 mil empregos desde 1990”, 8 de Agosto, <http://mz2.mofcom.gov.cn/aarticle/bilateralvisits/200805/20080505521809.html> (acedido a 5 de Outubro de 2009).
- Gail, Eadie, Grizzell, Denise (1979), “China's Foreign Aid, 1975-78”, *The China Quarterly*, n. 77, Cambridge, Cambridge University, pp. 217-234.
- Gatto, Del Filippo (2003), *Forest Law Enforcement in Mozambique. An Overview (Draft version)*, DNFB & FAO, Maputo, Moçambique.
- Global Timber (2009), “Mozambique” <http://www.globaltimber.org.uk/mozambique.htm> (acedido a 5 de Outubro de 2009).
- Greenpeace (2008), “La nécessité d'une législation européenne contre le commerce de bois illégal et pour une utilisation durable des ressources forestières”, Março,

- www.greenpeace.org/.../legislation-europeenne-contre-le-commerce-illegal-de-bois.pdf
(acedido a 5 de Outubro de 2009).
- Harsch, Ernest (2007), “Big leap in China-Africa ties. Beijing offers continent more aid, trade and business”, *Africa Renewal*, Janeiro, <http://www.un.org/ecosocdev/geninfo/afrec/vol20no4/204-china-africa-ties.html>, (acesado a 5 de Outubro de 2009).
- Henriksen, Thomas (1978), “Marxism and Mozambique”, *African Affairs*, vol. 77, n.º 309, pp. 441-462.
- Human Rights Watch (2006), “China-Africa Summit: Focus on Human Rights, Not Just Trade”, 1 de Novembro, <http://www.hrw.org/en/news/2006/11/01/china-africa-summit-focus-human-rights-not-just-trade> (acedido a 4 de Setembro de 2009).
- Jackson, Steven F. (1995), “China's Third World Foreign Policy: The Case of Angola and Mozambique, 1961-93”, *The China Quarterly*, n.º 142, pp. 388-422.
- Lafargue, François (2009), “La Chine en Afrique : une réalité à nuance”, 10 de Agosto, <http://www.diploweb.com/La-Chine-en-Afrique-une-realite-a.html> (acedido a 5 de Outubro de 2009).
- Mackenzie, Catherine, (2006), *Forest governance in Zambézia, Mozambique. A Chinese Take Away! Final report for FONGZA*, Maputo.
- MFAPRC (2006), “China's African Policy”, 12 de janeiro, <http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t230615.htm> (acedido a 5 de Outubro de 2009).
- MFAPRC (2006), “Mozambique”, 10 de Outubro, <http://www.china.org.cn/english/features/focac/183432.htm> (acedido a 5 de Outubro de 2009).
- MFAPRC (2007), “Chinese Ambassadors to Mozambique”, 13 de Abril, <http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/wjrw/3607/3610/t18172.htm> (acedido a 21 de Setembro de 2009).
- MFAPRC (2007), “Hu Jintao Holds Talks with His Mozambican Counterpart”, 2 de Fevereiro, (acedido a 5 de Outubro de 2009).
- Mosse, Marcelo (2007), “Carta aberta a Hu Jintao”, *Canal de Moçambique*, Maputo, 2 de Fevereiro.
- Mungambe, Titos (2009), “Exportações caem 36 por cento em 2009”, *Notícias. Economia & Negócios*, 21 de Agosto, pp. 4 e 5.
- Pinta, François, FOMETE, Timothée (2004), “Filière bois au Cameroun: vers une gestion durable des forêts et une transformation industrielle performante?” *Bois et forêts des tropics*, 281, pp. 71-86.
- Reisen, Helmut, NDOYE, Sokhna (2008), “Prudent versus Imprudent Lending to Africa: From Debt Relief to Emerging Lenders”, Working Paper 268, OECD Development Centre.

- Serra, Carlos (2007), “Carta para o Senhor Presidente da República, Armando Emílio Guebuza”, 30 de Janeiro, <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/01/carta-para-o-senhor-presidente-da.html> (acedido a 5 de outubro de 2009).
- Tasse, Étienne, NFORGANG, Charles (2008), Cameroun. La crise financière abat le bois africain, InfoSud Belgique Agence Presse, 18 de Dezembro, pp. 1-3.
- Taylor, Ian (1998), “China's Foreign Policy towards Africa in the 1990s”, *The Journal of Modern African Studies*, n.º 3 (36), Cambridge, Cambridge University, pp. 443-460.
- The Indian Ocean Newsletter (2007), “Afonso Dhlakama goes into business in Mozambique”, 1 de Dezembro.
- Vieira, Sérgio (2007), “Sobre o perigo amarelo”, *Domingo*, Maputo, 25 de Fevereiro.